



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Vice-Presidência Administrativa

À Assessoria Jurídica com posterior remessa a Presidência

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2021

RAZÕES: INABILITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, COM ADEQUAÇÕES E MODERNIZAÇÕES, QUANDO NECESSÁRIO, NAS UNIDADES DE ENSINO E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS SOB RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC / SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – SECTI, DIVIDA EM 4 LOTES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO III) E PROPOSTA DETALHE (ANEXO I).

PROCESSO: SEI-260005/000037/2021

RECORRENTE(S): ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI

RECORRIDO: FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

DAS PRELIMINARES

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso interposto pela empresa **ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI** é regular por atender o requisito do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como tempestivo com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório da Concorrência Pública 002/2021.

DA LEGITIMIDADE

A peça recursal foi rubricada e assinada por um dos representantes da empresa, caracterizando a legitimidade.

DAS CONTRARRAZÕES

Esclareço que foram protocoladas contrarrazões pelas licitantes **CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, NOLASCO CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES LTDA-ME e CONSTRUTORA RJL2**, através dos indexadores 18693488, 18693489 e 18693986 respectivamente.

Outrossim, considerando que as peças defensórias foram protocolizadas até 15/06/2021, estão tempestivas, com fundamento no item 16.1 do Edital convocatório do Pregão Eletrônico 001/2021.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela recorrente **ENGECON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**, em face da Decisão desta comissão resultante do julgamento dos documentos de habilitação apresentados, cuja mesma foi comunicada na sessão do dia 28/05/2021.

Alega a recorrente, em suma, que a documentação apresentada, em especial o termo de abertura e encerramento do livro contábil atende as exigências constantes do edital, bem como o capital social apresentado é compatível com os parâmetros exigidos no edital, podendo ser admitida, no máximo, a inabilitação para o Lote I e habilitação para os demais Lotes.

Por fim, requer o provimento do presente recurso para que a Comissão reveja o ato administrativo impugnado, considerando a recorrente habilitada.

DA ANÁLISE DO RECURSO

DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988, além de versar acerca dos princípios que regem a administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresenta, outrossim, em seu inciso XXI, a obrigatoriedade de realização de processo de licitação pública para execução de obras, serviços, compras e alienações.

A licitação consiste em processo administrativo por meio do qual deve-se assegurar a igualdade de condições aos participantes, e tem por fim buscar as propostas mais vantajosas à Administração Pública. Em consonância com o artigo 3º da Lei 8.666 de 1993,

a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No que tange ao presente caso, importa-nos destacar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório diz respeito à obrigação dos licitantes em cumprir os requisitos exatos, especificados no edital. Para Carvalho Filho (2018, p. 319), a vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados, uma vez que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos, sendo certo que, se a regra fixada não é respeitada, todo o procedimento se torna inválido e suscetível de correção por via administrativa ou judicial. Evita-se, a partir deste princípio, que qualquer brecha provoque a violação da moralidade administrativa, da impessoalidade e da probidade administrativa.

Neste sentido, mister destacar o teor do artigo 41 da referida lei, o qual prevê que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Acrescenta o §1º do referido artigo que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação, quanto a irregularidades na aplicação da lei 8.666/1993, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Veja-se:

[...] § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113. [...]

Ocorre, porém, que quanto aos licitantes, o §2º prescreve que, na concorrência pública, caso aqueles não apresentem impugnação até o segundo dia útil que anteceda a abertura dos envelopes de habilitação, decairão do direito de impugnar os termos do edital, quanto às falhas ou irregularidades naquele presente, conforme segue:

[...] § 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) [...]

Neste sentido, tem-se o item 1.6 do edital em comento. Veja-se:

Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847 – Quintino Bocaiúva – Rio de Janeiro RJ, de 10h até 17h, ou, ainda, através do e-mail comissao@faetec.rj.gov.br.

Deste modo, ao submeter-se ao edital licitatório, tanto a Administração Pública, quanto os licitantes encontram-se estritamente vinculados às cláusulas naquele inscritas. Nesse âmbito, cumpre colacionar excerto da obra de Marçal Justen Filho:

[...]

Isso permite afirmar que o sujeito que participa de uma licitação, submetendo-se a todas as exigências contempladas no ato convocatório, atua tal como se não tivesse ressalva ou divergência em vista das cláusulas editalícias. Ou seja, a questão não reside na pura e simples omissão de impugnar as condições do edital, mas na participação no certame, sem ressalvas.

Somam-se duas condutas distintas: ausência de impugnação (atuação omissiva) e participação no certame (atuação ativa), permitindo-se extrair-se a inferência de que o sujeito manifestara sua concordância com as condições estabelecidas e a renúncia a discordâncias.

[...]

No que tange ao princípio da legalidade, Bandeira de Mello (2015) o define como fruto da submissão do Estado à lei. E acrescenta ser, em suma, a consagração da ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei.

Para Meirelles:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Tem-se, portanto, que os princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório devem ser estritamente observados, cabendo às partes atentar-se aos prazos legais e editalícios aplicáveis ao caso em questão.

DO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO CONTÁBIL

A irrisignação da Recorrente reside na sua inabilitação por ter apresentado o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação.

Vejamos as exigências esculpidas no edital convocatório:

6.5 Qualificação econômico financeira

6.5.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

E ainda:

7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.3 Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - **deverão** ser apresentados no original **ou em cópia reprográfica autenticada**, na forma do Art. 32 da Lei Federal 8.666/93, encadernados, com as folhas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante. A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticados pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzidos por tradutor juramentado.

Em diligência ao sistema público de escrituração digital (SPED CONTÁBIL) esta comissão evidenciou que existem registradas em nome da recorrente, três escriturações contábeis, quais sejam:

| Escriturações Ativas | | | | | | | | |
|---|---------------|-------------|--|-------------------------|-------|----------|---------------------|--|
| CNPJ | SCP | NIRE | HASH | PERÍODO | FORMA | Nº LIVRO | DATA ENTREGA | |
| 29.150.998/0001-92 | Não informado | 33600566533 | E479DC97B3254EA8A55034A6BA8A6CD96E670647 | 01/01/2020 a 31/12/2020 | G | 2 | 16/05/2021 18:50:20 | |
| NATUREZA: | | | | | | | | |
| SITUAÇÃO: | | | | | | | | |
| A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994). | | | | | | | | |

| Escriturações Não-Ativas | | | | | | | | |
|---|---------------|-------------|--|-------------------------|-------|----------|---------------------|--|
| CNPJ | SCP | NIRE | HASH | PERÍODO | FORMA | Nº LIVRO | DATA ENTREGA | |
| 29.150.998/0001-92 | Não informado | 33600566533 | 3E985AB1221709634674203A8F4AF20FE8595692 | 01/01/2020 a 31/12/2020 | G | 2 | 07/05/2021 12:29:50 | |
| NATUREZA: | | | | | | | | |
| HASH SUBSTITUTA: D8D19C858BE6652615F4CFB1D290995C04C91BDC | | | | | | | | |
| SITUAÇÃO: | | | | | | | | |
| A escrituração foi substituída e não está mais ativa na base de dados do Sped | | | | | | | | |
| 29.150.998/0001-92 | Não informado | 33600566533 | D8D19C858BE6652615F4CFB1D290995C04C91BDC | 01/01/2020 a 31/12/2020 | G | 2 | 08/05/2021 10:33:24 | |
| NATUREZA: | | | | | | | | |
| HASH SUBSTITUTA: E479DC97B3254EA8A55034A6BA8A6CD96E670647 | | | | | | | | |
| SITUAÇÃO: | | | | | | | | |
| A escrituração foi substituída e não está mais ativa na base de dados do Sped | | | | | | | | |

Como podemos observar da documentação apresentada pela recorrente, à escrituração apresentada na data da licitação no dia 10/05/2021, foi a de HASH 3E985AB1221709634674203A8F4AF20FE8595692, e a mesma já não se encontrava mais ativa na base de dados do Sped, sendo substituída na data de 08/05/2021 pela de HASH D8D19C858BE6652615F4CFB1D290995C04C91BDC.

Sendo assim, não merecem prosperar as alegações da recorrente, pois não é possível averiguar se os valores apontados no balanço apresentado, usados como parâmetro para cálculos dos índices oficiais, refletem a sua real saúde financeira.

DO CAPITAL SOCIAL ABAIXO DA EXIGÊNCIA CONTIDA NO ITEM 6.5.4

De primeiro, cumpre ressaltar que o que pretende a recorrente é a sua habilitação para concorrer aos lotes em que seu capital social atende a exigência no item aqui em comento.

Em que pese o fato da Recorrente alegar que seu capital social atende, pelo menos nos lotes II, III e IV a exigência do presente certame, o argumento não se presta para fins de rever a inabilitação, isso porque a discussão oferecida é descabida, mormente quando passamos a considerar que a Recorrente não atendeu a forma estabelecida em Edital quanto à forma de apresentação da proposta e não questionou a matéria em sede de Impugnação ou pedido de esclarecimentos.

Do exposto, sendo que o edital faz lei entre as partes, conforme determina o artigo 41 da Lei 8.666/93, a Recorrente, ainda que tacitamente, aceitou-o e sujeitou-se às suas determinações. Isso quer dizer que todos os atos praticados em contraste ao edital são nulos, afinal, a regra editalícia deve ser preservada em absoluto, sendo vedado à Comissão de Licitações inovar quando da habilitação.

Isso quer dizer que todos os atos praticados em contraste ao edital são nulos, afinal, a regra editalícia deve ser preservada em absoluto, conforme os princípios do julgamento objetivo, da moralidade e da igualdade entre licitantes. (art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988 e art. 3º e 45 da Lei nº. 8.666/93):

CF/88

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19).

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA QUE ASSEGURE IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, **NOS TERMOS DA LEI**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação

técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei nº. 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 45. **O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS SERÁ OBJETIVO**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, **OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS NO ATO CONVOCATÓRIO E DE ACORDO COM OS FATORES EXCLUSIVAMENTE NELE REFERIDOS**, de maneira a possibilitar

sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Assim, a compulsoriedade da observância das normas editalícias em relação a todos os possíveis interessados serve como garantia de tratamento isonômico dos licitantes, mantendo-se imaculados os princípios constitucionais da igualdade, moralidade e impessoalidade, os quais, dentre outros, norteiam a Administração Pública.

Outrossim, não há falar em excesso de formalismo por parte da Administração Pública ao impor o cumprimento às exigências editalícias, mormente aquelas vinculadas a forma de encaminhamento dos documentos e propostas. Ordenar que os licitantes preencham todos os itens estabelecidos resguarda os princípios da legalidade, da isonomia e concorrência. Permitindo, pois, a prevalência do Interesse Público.

Frise-se, e não cabe olvidar, que o licitante poderia apresentar a proposta indicando para qual LOTE pretendia concorrer dentro dos limites estabelecidos, ou impugnar o edital e solicitar pedidos de esclarecimentos, e não o fez.

Ademais, apesar do procedimento licitatório buscar a satisfação do interesse público, mediante a escolha da proposta mais vantajosa, não se deve deixar de lado a necessária legalidade e moralidade.

Assim, a habilitação do fornecedor ou prestador de serviços que não esteja em conformidade com o edital convocatório e a legislação vigente, deve ser rechaçada pela Administração Pública.

DECISÃO

Concluo que as razões recursais apresentadas não se mostram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

De todo o exposto, tendo em vista a objetividade do processo, requer-se pelo afastamento das razões trazidas em Recurso Administrativo para o fim de manter a inabilitação da recorrente.

Submetendo à autoridade superior, o Ilmo. Sr. Presidente da FAETEC, JOÃO DE MELO CARRILHO para análise e decisão.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Silva Santos, Presidente de Comissão**, em 25/06/2021, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18760982** e o código CRC **0E563B9F**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002252/2021

SEI nº 18760982

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2332-4126 - faetec.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
ASSJUR

PARECER N° 106/2021/FAETEC/ASSJUR
PROCESSO N° SEI-260005/002252/2021
INTERESSADO: COMISPL E PRESIDÊNCIA
ASSUNTO: Impugnação a inabilitação referente a Concorrência Pública 02/21

E M E N T A : Análise de Impugnação da Concorrência Pública 002/2021. Comissão de Licitação opina pelo não acolhimento das razões do recorrente. Mantem a inabilitação. Decisão final cabe à Presidência da FAETEC.

À Presidência,

I. RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa Engecon Construções e Serviços, cuja impugnação tem como pedido a sua habilitação, alegando que:

- a) Em relação a “o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação”, informamos que junto a documentação apresentada na folha de número 24, está o Recibo de Entrega De Escrituração Contábil Digital do dia 07/05/2021 que traz em seu teor o seguinte texto: “Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.”(grifo nosso)
- b) Primeiro cabe frisar que a consulta ao sistema SPED em relação a autenticidade da documentação apresentada informa apenas se houve o registro. Lembramos que a data marcada para abertura desta Licitação foi o dia 10/05/2021, portanto sendo esta data como critério para auferir validade de qualquer documento apresentado. Ocorre que no dia 16/05/2021 a contabilidade da RECORRENTE promoveu novo envio de escrituração retificadora, conforme documentação em anexo, sendo certo que a documentação apresentada no dia 10/05/2021 estava em vigor devendo esta ser considerada autêntica, e ainda assim na hipótese de persistir qualquer dúvida, tem o dever esta comissão de ser diligente conforme item 17.10. do edital
- c) relativo ao capital social: Ainda que por zelo e o melhor interesse da administração em garantir contratação com empresa dotada de capacidade econômica-financeira capaz de assegurar a execução do objeto contratual, no máximo poderia declarar a RECORRENTE inabilitada para participar do LOTE I e habilitada para os LOTES II, III e IV, uma vez que possui capital suficiente para atender o requisito.

Foram anexadas ao presente contrarrazões pela empresa Crater, RJL2 e Nolasco que não tem ligação com o recurso ora tratado.

Retornam os autos após manifestação da Comissão de Licitação, que inicialmente acusou a tempestividade tanto da impugnação quanto da contrarrazão. No mérito manteve a decisão no sentido de que:

"Concluo que as razões recursais apresentadas não se mostram suficientes para conduzir a reforma da decisão atacada.

De todo o exposto, tendo em vista a objetividade do processo, requer-se pelo afastamento das razões trazidas em Recurso Administrativo para o fim de manter a inabilitação da recorrente.

Este é o relatório. Passemos à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A premissa norteadora da manifestação que esta Assessoria passa a expor é que o interesse público deve ser o único objetivo certo de qualquer ato administrativo.

Partindo deste princípio, entendemos que, com as previsões editalícias, a Administração visa justamente conferir publicidade e impessoalidade ao feito (artigo 37, caput da CRFB). Deve o proponente comprovar a sua capacidade efetiva para participar do certame, impedindo assim que empresas que não detenham a viabilidade técnica necessária para o atendimento ao interesse público, que nunca é demais lembrar; não se confunde com o interesse privado.

Os requisitos dispostos no edital visam à garantia de que a empresa proponente detém a logística necessária para o atendimento do objeto licitado. Neste diapasão, não é demasiado ressaltar que o Edital é a regra da Licitação, ou seja, é deste instrumento que emanam os preceitos que regem a realização do certame. Nesse sentido já eram as clássicas lições do mestre Hely Lopes Meirelles in "Direito Administrativo Brasileiro – 21ª edição" - São Paulo: Malheiros, 1996, página 260:

"Edital: edital é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público a abertura da concorrência, de tomada de preços, de concurso e de leilão, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Como lei interna da concorrência e da tomada de preços, vincula inteiramente a Administração e os proponentes. (...)"

A) Ausência de autenticação dos termos do livro contábil

Conforme informado pela Comissão de Licitação no doc. 18760982 como ora transcrito:

"A irresignação da Recorrente reside na sua inabilitação por ter apresentado o Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil sem autenticação.

Vejamos as exigências esculpidas no edital convocatório:

6.5 Qualificação econômico financeira

6.5.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Os licitantes deverão comprovar que dispõem dos índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

E ainda:

7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.3 Os documentos exigidos no ENVELOPE "A" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - **deverão** ser apresentados no original **ou em cópia reprográfica autenticada**, na forma do Art. 32 da Lei Federal 8.666/93, encadernados, com as folhas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante. A documentação das empresas estrangeiras e quaisquer outros provenientes do exterior deverão estar autenticados pelo Consulado Brasileiro no país de origem e integralmente traduzidos por tradutor juramentado.

Em diligência ao sistema público de escrituração digital (SPED CONTÁBIL) esta comissão evidenciou que existem registradas em nome da recorrente, três escriturações contábeis, quais sejam(...):

Como podemos observar da documentação apresentada pela recorrente, à escrituração apresentada na data da licitação no dia 10/05/2021, foi a de HASH 3E985AB1221709634674203A8F4AF20FE8595692, e a mesma já não se encontrava mais ativa na

base de dados do Sped, sendo substituída na data de 08/05/2021 pela de HASH D8D19C858BE6652615F4CFB1D290995C04C91BDC.

Sendo assim, não merecem prosperar as alegações da recorrente, pois não é possível averiguar se os valores apontados no balanço apresentado, usados como parâmetro para cálculos dos índices oficiais, refletem a sua real saúde financeira"

No caso em questão, como se verifica pelo edital e pela declaração da Comissão de Licitação os documentos apresentado devem ser autenticados. Caso o participante não concordasse com essa premissa deveria ter impugnado o edital e não seria esse o momento adequado para questionar as regras estabelecidas. Essa é a regra do art. 41, § 2º de Lei 8666/93

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Sendo assim, decisão em sentido contrario estaria privilegiando o participante, ferindo o princípio da isonomia e a soberania do edital.

B) Do Capital Social

Como se verifica pela informação apresentada pela Comissão de Licitação nesse ponto, como ora se transcreve:

"Em que pese o fato da Recorrente alegar que seu capital social atende, pelo menos nos lotes II, III e IV a exigência do presente certame, o argumento não se presta para fins de rever a inabilitação, isso porque a discussão oferecida é descabida, mormente quando passamos a considerar que a Recorrente não atendeu a forma estabelecida em Edital quanto à forma de apresentação da proposta e não questionou a matéria em sede de Impugnação ou pedido de esclarecimentos.

Feita essa análise, apesar de possuir capital social para alguns lotes, o fato impeditivo anterior, faz com que a mesma não possa proceder no certame.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, não tendo esta Assessoria a pretensão de fazer doutrina neste pronunciamento, tendo em vista o bem lançado pronunciamento Comissão de Licitação, nos coadunamos com a posição desse setor, cabendo ressaltar, por fim, que a **Comissão é soberana para analisar e julgar todos os procedimentos do certame**, por força do art. 6º, XVI da 8.666/93.

Art. 6º - Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

XVI - Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Marçal Justen Filho, op. cit., p. 424, ministra no mesmo sentido:

"Se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação dos documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. **Obviamente, não será delegada aos terceiros a competência decisória.** Esses

terceiros fornecerão pareceres técnicos, para orientar e fundamentar a decisão. **A Comissão poderá, inclusive, discordar das conclusões dos pareceres técnicos**".

(Grifo nosso)

Assim, esta Assessoria opina no sentido de não acolhimento das razões aduzidas na impugnação interposta, dando-se prosseguimento ao feito.

PRISCILA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

ASSESSORIA JURÍDICA / FAETEC

ID.: 51157730 - OAB RJ N° 147.252



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Teixeira, Assessor(a) Técnico(a)**, em 28/06/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18770595** e o código CRC **BB5D6ED8**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Presidência

À Comissão Permanente de Licitação- COMISPL,

Tendo em vista o exposto no despacho da COMISPL, indexador nº 18760982, e no Parecer 106 da douta FAETEC/ASSJUR, indexador nº 18770595, acompanho o entendimento de ambos no sentido do **não acolhimento** dos recursos apresentados.

Atenciosamente,

João de Melo Carrilho
Presidente da FAETEC
ID 51151057

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2021



Documento assinado eletronicamente por **João de Melo Carrilho, Presidente**, em 28/06/2021, às 20:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **18904346** e o código CRC **621CB86D**.

Referência: Processo nº SEI-260005/002252/2021

SEI nº 18904346

Rua Clarimundo de Melo, 847, - Bairro Quintino, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21311-280
Telefone: 2333-9631 - faetec.rj.gov.br